

O pensamento complexo e o desafio da interdisciplinaridade

O caso das majorias minorizadas

Richard Santos¹

RESUMO

Como pensar a academia desde uma série de novos discentes, oriundos de grupos minorizados, produtores de conhecimentos tradicionais e com grande construto intelectual baseado numa ecologia de saberes, que com o estabelecimento de políticas de democratização do acesso ao conhecimento, cerram fileiras nos cursos universitários de graduação e pós-graduação? Desde seu aporte teórico metodológico tradicional, estaria a academia preparada para este novo perfil que ora adentra seus espaços buscando sua emancipação pela educação? Como este pensamento complexo (Morin), esta ecologia de saberes (Sousa Santos), pode ser absorvido e ressignificado academicamente? É sobre estas percepções conflitivas que este opúsculo se propõe a tratar, e contribuir no debate para uma academia mais inclusiva e diversificada. Menos eurocêntrica.

Palavras-chave: **Maiorias minorizadas. Interdisciplinaridade. Educação. Emancipação**

Introdução

Ao nos depararmos com a demanda pela abertura das Ciências Sociais (WALLERSTEIN, 1988) e o debate sobre o que seriam estas novas abordagens desde o Sul, brotou a questão orientadora deste opúsculo: De que Sul falamos?

No manuseio de artigos proponentes de abordagens metodológicas transdisciplinares, interdisciplinares ou multidisciplinares (FERNÁNDEZ, 2004), (LIMA e CORTES, 2013), (TRINDADE, 2007), (FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, 2005), aflorou-nos a dú-

¹ Hamilton Richard Alexandrino Ferreira Dos Santos, Richard Santos, é doutorando em Ciências Sociais no CEPPAC-UNB, é mestre em comunicação pela Universidade Católica de Brasília, especialista em História e Cultura no Brasil pela Universidade Gama-Filho, e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Metodista de São Paulo. Membro do Observatório Latino-americano da Indústria de Conteúdos Digitais na Universidade Católica de Brasília, diretor da Nação Hip Hop Brasil, e presidente da Associação de Pós-graduandos da UNB, APG-UNB.



vida sobre o sujeito pesquisador enquadrado nestas perspectivas de caminhos diversos, porém reguladores do processo acadêmico constituído, (cartesiano, fragmentado e mecanicista (MORIN, 1986)) e esta regulação, apesar de propositiva à ação de novos olhares, não deixar de ser um enquadramento teórico-metodológico de viés eurocêntrico e com uma linha imaginária divisória do que é certo e do que é errado, do que pode e do que não pode, conforme (SOUSA SANTOS, 2006). Seriam estes caminhos, eurocentricamente traçados, capazes de emancipar o diversificado número de estudantes que adentram as universidades brasileiras?

A partir do avanço das políticas de inclusão nos anos recentes, vimos um significativo aumento de negros no sistema educacional brasileiro, fica a questão: como incluir sem excluir? Como aproveitar esta gama de saberes e conhecimentos diversos para a ampliação do espaço de conhecimento acadêmico? Não pretendemos prover solução para estes questionamentos abstrativos, porém, consideramos válidos desde a análise dos dados da última PNAD, 2010, e o formato eurocêntrico a qual segue firme a academia brasileira.

Afrodescendentes no sistema educacional

A análise de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que, apesar de ter aumentado de 27% para 51% a frequência de estudantes entre 18 e 24 anos no ensino superior, essa expansão educacional apresenta disparidades, principalmente se levado em conta o critério racial. De acordo com o IBGE, o percentual de negros no ensino superior passou de 10,2% em 2001 para 35,8% em 2011.

No entanto, esse aumento na frequência entre jovens pardos ou pretos, conforme classificação utilizada pelo Instituto, não foi suficiente para alcançar a mesma proporção apresentada pelos jovens brancos dez anos antes - que era de 39,6%. Hoje, o número de brancos entre 18 e 24 anos que estão na universidade atinge 65,7% do total. O maior percentual de negros nesta faixa etária cursa o ensino médio: 45,2%. Outros 11,8% estão no ensino fundamental. Entre os brancos, 24,1% estão no ensino médio e 4,5% no ensino fundamental.

Os dados divulgados pelo IBGE, também, mostram que passou de 33,7% para 54,1% a proporção de jovens entre 18 e 24 anos de idade que possuem 11 anos ou mais de estudo.

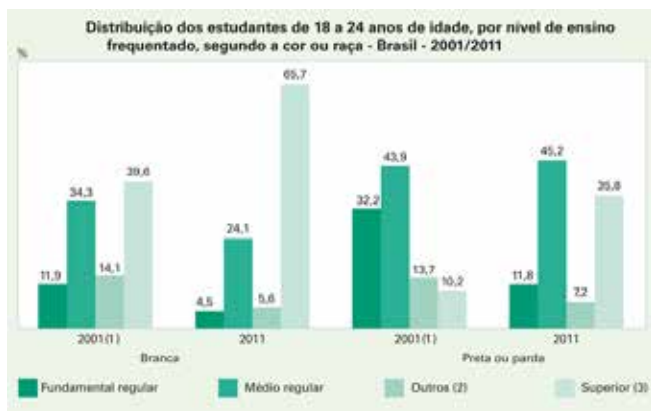


Figura 1PNAD-IBGE

Se levada em conta a população com mais de 25 anos de idade, a escolaridade aumentou lentamente de 2001 para 2011, passando de 6 para 7,4 anos de estudos. Segundo o IBGE, esse dado reflete a tendência de baixa probabilidade de incremento da escolaridade a partir dessa faixa etária.

Juventude negra e acadêmica

De acordo com dados do IBGE obtidos a partir do Censo 2010, o Brasil é o país do mundo com o maior número de afrodescendentes, equivalente a 100 milhões de pessoas, mas ainda enfrenta o racismo e a intolerância herdados de seu passado colonial e atualizados ao longo da história recente do país.

Apesar da inegável e histórica luta do movimento negro em momentos significativos do processo democrático brasileiro, por inclusão, direitos e visibilidade de suas demandas frente ao Estado, as políticas públicas brasileiras caracterizam-se por seu cunho assistencialista, sempre coadunando com a pressão dos movimentos sociais que cobram uma participação mais ativa do Poder Público em relação às questões de nação, gênero, etnia, como também resoluções específicas para efetivar determinadas demandas, como as ações afirmativas², Carvalho (2012), Risério (2007), Fernandes (2008[1964]), Fausto (2010[1994]).

Qual Santos (2006, pg. 56, 57), partimos do princípio de que o conhecimento científico tem limites intrínsecos em relação com os tipos de intervenção do mundo real investigado, e de onde parte o investigador, seu lugar de fala.

Porém, este pode ser usado a partir de uma epistemologia pós-abismal, como uma ecologia de saberes, considerando os construtos e saberes tradicionais apreendidos, no campo não científico, em relação concomitante com os saberes científicos. Estes saberes relacionados e credibilizados por uma produção científica periférica às metrópoles centrais, consiste, por um lado, em explorar a pluralidade interna da ciência, práticas científicas alternativas que têm sido visibilizadas por grupos epistemológicos minoritários, e por outro lado, promover a interação e interdependência entre conhecimentos científicos e não científicos.

Jovens expostos a uma cultura acadêmica inclusiva e aberta para novos aprendizados agregadores à construção de conhecimento, não ficariam sujeitos e fragilizados à moda tão dúbia como apontada por Fernández Fernández (2004)

En las ciencias sociales los equipos interdisciplinarios también están de moda, pero los resultados distan mucho de ser satisfactorios. La falta de consenso sobre un paradigma y la frecuente delimitación descriptiva de los objetos de investigación, que no se construyen científicamente, sino siguiendo la demanda de agentes externos: burocracias estatales, poderes económicos, partidos políticos,

² A expressão ação afirmativa foi usada pela primeira vez na Lei das Relações Trabalhistas nos Estados Unidos, em 1935, por meio da qual se determinava que o empregador que estivesse promovendo a discriminação contra negros deveria parar de promovê-la, além de efetuar "ações afirmativas" para colocar o segregado no cargo que estaria ocupando caso não tivesse sido vítima da discriminação (KAUFMANN, 2007).

etc., hacen frecuentemente estéril para el progreso del conocimiento científico de la sociedad la proliferación «tribus y territorios» prematuramente especializados, cuando no los convierte en meros instrumentos de Dominación simbólica.

Contudo, este processo inclusivo e diversificado, é parte da luta por cidadania, emancipação e garantia de direitos da população negra no Brasil, que ultrapassa os muros universitários e se faz transversal a dinâmica social nacional.

O jovem que adentra o espaço universitário carrega consigo todos os signos atribuídos ao seu grupo identitário fora dele, ou também nele. Talvez a universidade seja reflexo da sociedade que temos, e vice-versa. Fato é que os direitos destas maiorias minorizadas no Brasil ainda não estão garantidos *in facto*.

Os dados de homicídios no país apontam que a juventude negra brasileira está sendo dizimada. A cada três assassinatos ocorridos no Brasil, dois são de negros, estes números evidenciam que ser jovem negro é estar constantemente em risco de morte. A perda de vidas, de talentos, de projetos de vida encerrados precocemente é absurda. Devido à violência letal, ao nascer um jovem negro perde 1,73 ano (20 meses) de expectativa de vida, enquanto um branco perde 0,71 ano (8 meses). Ou seja, a perda de expectativa de vida devido à violência letal é 114% maior para negros.

De acordo com dados da pesquisa “Custo da Juventude Perdida no Brasil”, publicada pelo IPEA em 2013, a mortalidade violenta – entre assassinatos e acidentes automotivos – dos jovens brasileiros prejudica as finanças nacionais em cerca de R\$ 79 bilhões por ano. Este valor, que representa aproximadamente cerca de 1,5% do PIB do país, não se dá apenas pelos gastos públicos empreendidos nos tratamentos médicos dos jovens vitimados pela violência, mas principalmente pela não geração de renda e serviços ocasionada pelo falecimento prematuro destes jovens em idade economicamente ativa.³

Diversos dados históricos e contemporâneos apontam para a não garantia de direitos desta população adentrante a universidade, e sujeitos sígnicos dentro dela. No contexto juvenil, a violência é o maior marcador de diferença entre a juventude negra e a não negra no caminhar da academicidade.

Temos acompanhado à uma série de barbáries cometidas contra a população negra brasilei-

³ A pesquisa encontra-se disponível em: http://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/130712_custo_da_juventude_perdida_no_brasil.pdf. Última visualização em 16/04/2016.

ra nos últimos anos. Porém, com um perceptível acirramento destas ações no ano de 2015. Tem-se a impressão que os ganhos sociais, dos últimos anos, vieram acompanhados de uma fortíssima reação de um grupo conservador que atua politicamente na desconstrução das conquistas, e, também no aprisionamento social e mental daqueles que conquistaram, dos que conseguiram dar um passo à frente. Com os direitos sociais fortalecidos na letra da lei, percebe-se uma tentativa da ala conservadora da burguesia de estabelecer um campo de batalha. É como se vivêssemos uma correlação de forças operando surda e mudamente dentro da área da significação, conforme o sociólogo francês Pierre Bourdieu. (SANTOS e REBOUÇAS, 2015, pg.70).

A seletividade racial das instituições públicas e privadas, as construções simbólicas e discursivas diferenciadas elaboradas em torno das mortes de negros e brancos, os diferentes graus de comoção que as mortes de jovens negros e brancos geram, evidenciam a forte presença do racismo institucional na configuração deste triste quadro.

Dentro deste espectro é que se evidencia o crescimento pelo interesse na disciplina sociologia por estes jovens. Talvez, em busca de explicações para suas interrogações pessoais, e compreensão da realidade mais ampla que os cercam, o colonialismo interno, talvez explique o crescimento do acesso à universidade, e a árdua luta para modificação curricular e abertura metodológica.

Esse crescimento vincula-se, principalmente, às políticas federais de expansão das universidades públicas e privadas iniciadas em 2003; a continuada expansão do ensino de graduação privado e o conseqüente crescimento do número de egressos de cursos de graduação em Ciências Sociais. Podemos acrescentar ainda a retomada do papel do estado como agente de desenvolvimento, e do crescimento econômico, a inclusão da Sociologia no ensino médio, assim como a multiplicação de ONGs vinculadas a políticas sociais, favorecendo, em grande medida, a situação de mercado desses profissionais. (LIMA e CORTES, 2013).

Assim, que esta situação da população negra posta pelos dados, nos leva a ideia de que continuamos inseridos dentro de uma realidade colonial, o chamado colonialismo interno, opressor e reproduzidor dos signos trazidos pelos antigos (?) colonizados, é a afirmação e continuidade da reprodução dos valores brancos, ocidentais e excludentes. Importante retomar a Frantz Fanon para ancorar a

percepção: “A violência com a qual se afirmou a supremacia dos valores brancos, a agressividade que impregnou o confronto vitorioso desses valores com os modos de vida ou de pensamento dos colonizados fazem com que, por uma justa contrapartida, o colonizado tenha um riso irônico quando se evocam dele estes valores⁴”, deveríamos afirmar que a população negra brasileira é uma população colonizada internamente?

Enfim, refletir estas realidades impostas, e absorvidas pelos que se querem *outsider* de uma vida dura e excludente, é propiciar a reflexão sobre a situação destes novos acadêmicos no seio do espaço de saber. É alertar aos docentes para a necessidade de reconfiguração do olhar para o outro, assim como, instruir o novo pesquisador para os debates importantes de serem executados, e instigar a reflexões propositivas a partir do ser. Fernandez, ainda que traga a crítica às diversas epistemologias, e tentativas eurocêntricas de inclusão desde a metodologia, reforça sua tinta associativa;

En cualquier caso, siempre es necesaria una construcción científica del objeto de investigación que rompa con las definiciones descriptivas del mundo social. También se requiere una vigilancia epistemológica que objetive el sujeto objetivante, requisito especialmente necesario en las ciencias sociales, más vulnerables a las presiones externas y a las pasiones internas al campo y con mayor riesgo de convertirse en instrumentos de dominación simbólica. (FERNANDEZ, 2004).

Docentes, academia e abstrações

Recente pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, dois de cada seis postos de trabalho ocupados por professores com título de doutor no país em 2014 eram mantidos por empresas ligadas à área da educação. Dados do Ministério da Educação, MEC, apontam que a rede privada, em 2014, tinha 32% do total de contratos com doutores no ensino superior, e que respondem pela educação de 75% dos alunos matriculados em cursos de graduação. A pesquisa aponta ainda que num período de dez anos os postos de trabalhos para doutores na rede privada tiveram alta de 98,6%, e no mesmo período o número de alunos subiu 88%. E se considerado o total de cargos para professores universitários, a rede privada emprega mais da metade desses profissionais: 57%⁵.

4 Fanon, Frantz. Os condenados da terra. Ed. UFJF, 2005, pg.60.

5 Fonte: INEP. <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior> (visualizado em 08/03/2016).

Estas informações, principalmente no que tange a rede privada, a que tem maior lastro e acesso facilitado as classes C e D, pois, são nestes espaços que a maioria destes novos alunos são absorvidos no sistema educacional brasileiro⁶, ainda que consideremos o significativo número de novas universidades e institutos federais abertos na última década.

No que este aumento da oferta de profissionais capacitados e de conteúdo disciplinar e interdisciplinar, reflete a presença de estudantes oriundos das maiorias minorizadas, da chamada “nova classe média”, e da ação de governos populares e progressistas?

O estímulo ao pensamento crítico, a relação histórica com movimentos emancipatórios de classe, raça e gênero, tem feito da sociologia a primeira das disciplinas perseguidas em casos de exceção, ou quando se quer encurralar a atividade educacional emancipatória. Com a redemocratização do país, em 1985, a Sociologia retornou ao ensino médio como disciplina facultativa, sendo que, em 2009, tornou-se disciplina obrigatória. (LIMA e CORTES, 2013).

O acesso destes novos estudantes ao ensino superior, não pode ser configurado como a um aumento quantitativo de alunos, consumidores, e aliado da importância qualitativa da formação oferecida. Discutir a emancipação humana, como um dos constituintes da educação popular, requer explicitar as ideias em torno do projeto de libertação humana, que se inscreve na perspectiva do materialismo histórico e dialético, sendo a liberdade uma luta pela humanização e hominização e contra a coisificação do ser. Investidas teóricas deste porte se apresentam como necessárias, marcada-mente na contemporaneidade, que como expressão filosófica e estética do neoliberalismo, do culto ao individualismo, da apologia pós-estruturalista, vêm buscando desqualificar todas as perspectivas coletivas, através do argumento do subjetivismo e das novas demandas sociais criadas pelo capital e seus gestores, atingindo frontalmente os conceitos clássicos associados as maiorias minorizadas, como o da emancipação pela opção reformista como nova síntese histórica.

6 Em dez anos, o Brasil dobrou o número de matrículas em instituições de educação superior. Em 2002, havia 3,5 milhões de matrículas; em 2012, já eram 7,04 milhões. Fonte: Instituto Lula: <http://obrasilqueconquistamos.com.br/valorizacao-do-ensino-superior/> (visualizado em 08/03/2016)

Bibliografia

- CARVALHO, José Murilo de. CIDADANIA NO BRASIL. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CONCEIÇÃO, Fernando. A GRANDE MÍDIA CONTRA AS AÇÕES AFIRMATIVAS. Observatório da Imprensa, 2009. (http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/a_grande_midia_contra_as_acoes_afirmativas/). Último acesso em 16/11/2015.
- FAUSTO, Boris. HISTÓRIA DO BRASIL. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010 [1994].
- FERNANDES, Florestan. A INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES: o legado da raça branca. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. 1 v.[1964].
- FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, J.. Interdisciplinarietà en ciencias sociales: perspectivas abiertas por la obra de Pierre Bourdieu. CUADERNOS DE TRABAJO SOCIAL, Norteamérica, 17, nov. 2005.
- IPEA, CUSTO DA JUVENTUDE PERDIDA NO BRASIL, IPEA- BRASIL, 2015. (acesso em 08/03/2016) http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130712_custo_da_juventude_perdida_no_brasil.pdf
- KAUFMANN, Roberta Fragozo Menezes. AÇÕES AFIRMATIVAS À BRASILEIRA: necessidade ou mito? Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- LIMA, Jacob Carlos e CORTES, S.M.V. A SOCIOLOGIA NO BRASIL E A INTERDISCIPLINARIDADE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS, Civitas Porto Alegre v.13 n. 3 p. 416-435 set-dez. 2013.
- MACHADO, Elielma Ayres. DENTRO DA LEI: as políticas de ação afirmativa nas universidades. IN: Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França. Org. Angela Randolpho Paiva. – 1º ed. – Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- MOEHLECKE, Sabrina. AÇÃO AFIRMATIVA: história e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro/2002
- MORIN, Edgar. PARA SAIR DO SÉCULO XX. – Rio de Janeiro:- Nova Fronteira, 1986.
- PNAD, IBGE, 2014. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149 (Última visualização em 08/03/2016)
- RIBEIRO, Matilde. POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL (1986-2010). 1ºed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- RISÉRIO, Antonio. A UTOPIA BRASILEIRA E OS MOVIMENTOS NEGROS. – São Paulo: Ed. 34, 2007.
- SANTOS, H. et al. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL. ONU, 1999. [Relatório ONU]
- SANTOS, Richard. REBOUÇAS, Maria. INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E O GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA. Revista Juventude.br- Brasília, 2015.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. Más allá del pensamiento abismal: de las líneas globales a una ecología de saberes. Centro Fernand Braudel, de la Universidad de Nueva York:- Binghamton, 2006
- TRINDADE, Hélgio et all. Ciências Sociais na América Latina em perspectiva comparada: Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai, in As Ciências Sociais na América Latina em perspectiva comparada, 2ª Ed. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2007.
- WALLERSTEIN, Immanuel (Coord). Abrir las ciencias Sociales: Informe de la Comisión Gubenkian para la reestructuración de las ciencias Sociales. México, Siglo XXI Editores, 1988.